



# Anais da Assembléia

Nº 073

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE JUNHO DE 1990

ANO XV

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 50.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 1990

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pela Senhora Deputada Vera Agibert e pelo Senhor Deputado Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Acir Mezzadri, Cândido Bastos, Djalma de Almeida César, Irondi Pugliesi e Mário Pereira (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, tendo em vista que estão presentes somente os Deputados Nelson Vasconcellos, Rubens Bueno, Nereu Massignan, Erondy Silvério, Orlando Pessuti, Lauro Lobo Alcantara, Vera Agibert, Deputado Anibal Khury, Artagão Mattos Leão e Pirajá Ferreira, nós achamos um número muito pequeno para o funcionamento da sessão, com

base nisso eu requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados da aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu desisto da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 1644

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, na forma regimental, REGIME DE URGÊNCIA para os Projetos de Lei nº 012/90, 164/90 e 165/90, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

#### REQUERIMENTO Nº 1656

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, preferência de discussão e votação do Projeto de Lei nº 352/90, que trata de alterações na Lei de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO Nº 1647

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução

nº 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1649

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 229/89, que cria o Município de Fazenda do Rio Grande, com território desmembrado do Município de Mandirituba, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1646

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio ao Diretor Geral do DETRAN, Senhor Jesus Sarraão, pedido de informações sobre as razões do fechamento do escritório do DETRAN nos pequenos municípios do Paraná e, especialmente em relação as regiões sul, sudeste e litoral citar nominalmente:

- a) Cidades que tiveram seu escritório fechado;
- b) Valor com nºs de maio de 90 da economia específica feita pelo Governo do Estado do Paraná em cada município;
- c) Situação dos convênios junto às Prefeituras que envolviam aluguel e manutenção dos prédios;
- d) Dados estatísticos mensais dos últimos 3 anos do atendimento a cada cidade da região que tiveram seus escritórios fechados;
- e) Data do efetivo fechamento dos escritórios;
- f) Data da efetiva comunicação a cada Prefeitura.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO Nº 1668

Senhor Presidente.

Após longos anos de luta, a comunidade escolar paranaense conquistou o legítimo direito de eleger seus diretores de escolas estaduais. Sem dúvida foi o reconhecimento por parte dos legisladores da soberania da vontade desta comunidade sobre a vontade dos administradores públicos da área de educação.

O respeito à vontade popular, manifestada por meio de qualquer pleito, é o mais mezinho e elementar princípio democrático.

co.

Mas, como o Governo do Senhor Álvaro Dias, incluindo seus colaboradores diretos, não é amante da democracia, usa expedientes autoritários para desrespeitar a vontade popular e penalizar, ainda mais, a comunidade escolar estadual.

Recentemente a Professora Gilda Poli da Rocha Loures, Secretária da Educação, iniciou um processo de perseguição política contra lideranças da categoria dos professores estaduais, exercendo mandato de diretores escolares. Através de Resolução de sua autoria, vem suspendendo diretores escolares, legítima e legalmente eleitos, de suas funções por um período de 30 dias, como aconteceu com o Diretor da Escola Estadual Santos Dumont, em Curitiba - Resolução nº 1.515/90 em anexo. Na verdade, trata-se de um processo de perseguição contra lideranças da categoria dos professores e de cassação da vontade popular, a merecer condenação por parte de qualquer mentalidade aberta e democrática.

Diante do exposto, REQUEIRO, após a manifestação do Plenário, a convocação da Sra. Secretária de Educação, Prof.ª Gilda Poli da Rocha Loures, para prestar informações sobre o procedimento descrito acima, conforme prevê o artigo 54, XXXIV da Constituição do Estado do Paraná.

Ao final, requeiro o envio de cópia deste expediente aos diretores das escolas estaduais.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) PEDRO TONELLI.

RESOLUÇÃO Nº 1.515/90

A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 304, parágrafo Primeiro da Lei 6.174/70, resolve:

SUSPENDER

preventivamente, BENJAMIM BOGO, RG. Nº 788.886-4, Professor, série de Classe E, Nível de Vencimento 5, da função de Diretor da Escola Estadual Santos Dumont - Ensino de 1º Grau, do Município de Curitiba, por 30 (trinta) dias, a partir desta data. SECR. DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em 24.05.90.

(a) GILDA POLI ROCHA LOURES

Secretária de Estado da Educação

REQUERIMENTO Nº 1650

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Mário Sérgio Carneiro Próspero, ocorrido nesta Capital.

Tal passamento em pleno verdor dos anos, vem enlutar tradicional família,

deixando para seus entes queridos uma lacuna difícil de ser preenchida.

Requer, ainda que, da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Conselheiro Laurindo, 701, Ap. 25, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 1651

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do veterinário Doutor Haroldo César Ribaski, ocorrido no dia 25 de maio de 1990, em Colorado.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à família do extinto, dirigindo-se correspondência ao seguinte endereço: Estrada do Sossêgo, Caixa Postal n° 269 - CEP 86.690 - Colorado - PR.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1652

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do Veterinário Dr. Rodolfo Eggon Arhanitsch, ocorrido no dia 06 de junho de 1990, em Ponta Grossa.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares do extinto, dirigindo-se correspondência ao seguinte endereço: Rua Amazonas, n° 430 - CEP 84.100 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1645

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações ao Senhor Werner Egon Schrappe, por sua eleição como Presidente da Associação Comercial do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 1665

Senhor Presidente.

Namir Piacentini, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER, para que sejam formulados e inseridos na Ata dos Trabalhos deste Poder, votos de congratulações e aplausos pela posse do Conselho Diretor, gestão 90/91, do Rotary Club Campo Mourão

"Gralha Azul", que realizar-se-á no próximo dia 26 de junho, nas dependências da Casa da Amizade, no Município de Campo Mourão.

Sob a presidência do Senhor Luís Gonzaga de Oliveira Aguiar, desejamos que essa entidade prossiga nos objetivos que sempre a nortearam no caminho do bem, da fraternidade e do amor ao próximo.

Que esta homenagem represente ainda, os cumprimentos do Poder Legislativo Estadual e os sinceros desejos de uma gestão profícua e empreendedora.

Requer-se, ainda, que do presente seja dada ciência ao Rotary Club Campo Mourão "Gralha Azul", Casa da Amizade, Rua Paul Harris, s/n° - Campo Mourão - PR - 87.300.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1664

Senhor Presidente.

Namir Piacentini, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER para que sejam formulados e inseridos na Ata dos Trabalhos deste Poder votos de congratulações e aplausos pela posse do Conselho Diretor, gestão 90/91, do Rotary Club de Roncador, que realizar-se-á no próximo dia 26 de junho, do corrente ano, no município de Roncador.

Desejamos que essa entidade prossiga nos objetivos que sempre a nortearam no caminho do bem, da fraternidade e do amor ao próximo.

Que esta homenagem represente ainda, os cumprimentos do Poder Legislativo Estadual e os sinceros desejos de uma gestão profícua e empreendedora.

REQUER-SE que do teor da presente seja dada ciência ao Senhor Volmar Buhrer, Presidente recém-eleito.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1660

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário sejam oficiados aos Exmos. Sr. Antônio Cabrera Mano Filho, Ministro da Agricultura e Exmo. Sr. Luiz Antônio Fayet, Diretor Geral da Carteira Rural do Banco do Brasil, enviando xerox do Of. 05/90, do Presidente do PRN de São Jorge do Ivaí, em que solicitam a especial gentileza no sentido de que seja estudada a possibilidade de liberação de recursos financeiros para os mini-produtores rurais de lavoura de trigo, safra 90, junto ao Banco do Brasil.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

OFÍCIO N° 05/90

São Jorge do Ivaí, 13 de junho de 1990.

Senhor Deputado.

Passamos às mãos de V.S., a relação de pequenos e mini-produtores rurais, os quais já implantaram a sua lavoura de trigo safra 1990, e tendo solicitados financiamentos rurais junto ao Banco Financiador, até a presente data não tiveram os mesmos liberados, correndo o risco de em uma eventual perda encontrarem-se numa situação difícil de liquidez, portanto, solicitamos ao nobre Deputado uma providência junto ao Governo Federal / Ministério da Agricultura, com o fim de solucionar estas pendências.

Adolfo Alves dos Santos  
Agenor Paganini  
Amilton da Silva Zanetti  
Antonio Bidurin  
Antonio Evangelista Netto  
Antonio Lanzoni  
Antonio de Paula  
Carlos Mantovani  
Cicero Volpato  
Claudio Mazotti  
Elzo da Silva  
Euclides Cavicchioli  
Francisco Benedito  
Francisco Bernardo da Costa  
Francisco Gatti Sobrinho  
Gersi da Silva  
Helio Piotto  
João Edson Chavenco  
Jorge Benatti  
Jorge Mansano  
Jorge Luiz Galhera  
José Cláudio Crubelatti  
José Devair Bosque  
Valdomiro Lanzoni  
Valdir Evangelista  
João Camilo  
Jaime Rodrigues  
Miro Ribinski  
Wilson Aparecido Cunha  
Pedro Mansano  
Nilson Cerconwski  
Ailton Aparecido Zago  
Carlos Alberto Camilo  
Augusto Voroniaki  
João Carlos Sanches  
José Simionato  
José Stabile  
Julio Grochowski Netto  
Laerte Celso Vergilio  
Lucio Diana  
Luiz Barduco  
Luiz Carlos de Oliveira  
Luiz Guarnieri  
Luiz Marco Crivelaro  
Mario Ines Segura Crubelatti  
Mauro Junior Defanti  
Milton Camilo  
Moacir Bosque

Orlando Crevalaro  
Paulo Benedito  
Rafael Rodrigues Martins  
Roberto Marquezi  
Roberto Stabile  
Sérgio Quirino Barbosa  
Sergio Spanhol Hernandez  
Solange Aparecida Crivelari  
Valdair Falioni  
Vladimir Martins Fernandes  
Edson Siozo Nishimuta  
Mieceslau Ossak  
José Carlos Nicodemo  
Stanislau Pietrowiski  
Valmir Grochowski  
Darci Sanches Parra  
José Barbosa Hernandez  
Moises Mansano Miranda  
Etterigio Faglioni Filho  
Rita de Cassia Camilo  
José Orimar Zacarin

Todos clientes do Banco do Brasil S/A., Agência de São Jorge do Ivaí, Estado do Paraná, 001/2637, com solicitação de financiamento em tempo hábil, sendo que a agência alega não possuir verbas para os mesmos, existindo somente recursos para médios e grandes produtores, os quais já se encontram com seus recursos em mãos.

Sendo só o que nos consta para o momento e contando com a costumeira atenção de V.S., aproveitamos o ensejo por reitear nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

(a) LEONILDO CAVICHIOLI

Presidente - PRN

(a) DEVANIL GORLA

Vice-Presidente - PRN

Exmo. Sr.

Arleir T. Ferrari Júnior

REQUERIMENTO N° 1.659

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Carlos Chiarelli, Ministro da Educação, solicitando que interceda junto ao Governador Álvaro Dias, visando sensibilizá-lo, para que reabra as negociações com os professores da rede estadual de ensino, em greve há mais de 90 dias, podendo ocasionar o cancelamento do calendário escolar deste ano, causando enormes problemas e prejuízos aos alunos.

Sala das Sessões, em 19.06.1990.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1.658

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário,

seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Fernando Collor de Mello, Presidente da República, para que interceda junto ao Ministro Carlos Chiarelli, da Educação, para que mantenha contatos com o Governador Álvaro Dias, visando sensibilizá-lo para que reabra as negociações com os professores da rede estadual de ensino, em greve há mais de 90 dias, podendo ocasionar o cancelamento do calendário escolar deste ano, causando enormes problemas e prejuízos aos alunos.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

#### REQUERIMENTO N° 1.657

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, na forma regimental, considerando:

1. "Que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;" (Constituição da República Federativa do Brasil, p. 8, artigo 5°, XXXIII).

2. A função latente do Poder Legislativo, como órgão fiscalizador do Estado, de vigiar o cumprimento às leis que dele emanam, bem como os atos que, de qualquer tempo, atinjam a população do Estado ou seus interesses;

REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Prefeitura Municipal de Paranaguá, através de seu representante, nos seguintes termos:

1. Qual a situação legal do loteamento denominado PARQUE BALNEÁRIO GUARAPARI, nesse Município?

2. Quais os critérios observados para cobrança do IPTU aos proprietários de imóveis nesse loteamento?

3. Existe, de alguma forma, participação do Estado nesse loteamento?

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Os proprietários de imóveis no PARQUE BALNEÁRIO GUARAPARI estão vivendo um clima de insegurança e intranquilidade, diante de informações que dão conta de irregularidades quando da implantação do loteamento.

Segundo afirmam, essas irregularidades prejudicariam compra dos imóveis, levando centenas de pessoas a prejuízos irreparáveis.

Outro fato que assola os proprietários de imóveis no referido local é a cobrança ao Imposto Predial e Territorial Urbano,

IPTU, de forma discriminatória. Segundo nos relatam, os valores não são similares, bem como alguns simplesmente não "precisaram (sic) pagar nada".

Todas essas informações, certamente, serão esclarecidas pela Prefeitura do município de Paranaguá, a fim de devolver a tranquilidade aos detentores de títulos de imóveis naquele loteamento parnanguara.

#### REQUERIMENTO N° 1.667

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER para que seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Secretaria de Estado da Educação, solicitando estudos acerca da viabilidade de instalação do Ensino de Segundo Grau no Distrito de BOURBÔNIA, do Município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação foi encaminhada a pedido de diversos pais e alunos daquela comunidade, que pleiteam a instalação do ensino secundário no Distrito, como forma de propiciar maior conforto e comodidade àqueles que necessitam se deslocar à sede do Município para adquirirem seus conhecimentos.

Ciente de que a meta do governo estadual é alargar as fronteiras do conhecimento e levar o estudo aos mais diversos pontos, ficando no aguardo de um posicionamento acerca do pedido acima exposto.

#### REQUERIMENTO N° 1.666

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER para que seja encaminhado expediente oficial deste Poder, à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando estudos acerca da viabilidade de se concluir a ligação asfáltica no trecho compreendido entre o perímetro urbano do Distrito Administrativo de FAROL, no município de Campo Mourão, até a BR-272.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação constitui-se num antigo desejo dos moradores da comunidade de Farol, que encaminharam o pedido arguindo a conclusão do trecho como prioritário para o desenvolvimento local, dada inclusive a estética do perímetro urbano. O Distrito de Farol pleiteia sua emancipação político-administrativa e a viabilização do referido trecho seria fundamental para dar uma aparência municipalista ao mesmo. Face ao exposto, esperamos contar

com a costumeira atenção da Secretaria acionada e ficamos no aguardo de um posicionamento.

REQUERIMENTO N° 1.663

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER para que seja encaminhado expediente oficial deste Poder, à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando estudos de viabilidade do asfaltamento do trecho compreendido entre o município de NOVA CANTU e o município de MAMBORE.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Indispensável até, enumerar os benefícios que o asfaltamento leva às localidades por ele servidas. Os municípios que se pretende, sejam ligados através de um asfaltamento, constituem-se importantes para que o nosso Estado seja destaque na produção rural. Intimamente relacionados com a agricultura, ambos seriam altamente beneficiados com a viabilidade desse asfaltamento.

REQUERIMENTO N° 1.662

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER para que seja encaminhado expediente oficial deste Poder, à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando estudos acerca da viabilidade do asfaltamento do trecho compreendido entre o município de NOVA CANTU ao Distrito de JEREMIAS LUNARDELLI, com uma extensão de 12 quilômetros.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

São incontestes os benefícios que o asfaltamento proporciona às localidades por ele servidas. O trecho em questão, principalmente por se tratar de uma região agrícola, obterá os diversos benefícios caso seja concretizado o pedido acima exposto. Quer no encurtamento de distâncias, no conforto aos motoristas ou no progresso natural, o consideramos prioritário.

Face ao solicitado, ficamos no aguardo de um posicionamento, dentro da brevidade que a própria questão requer, certo de poder contar com a costumeira atenção por parte da Secretaria acionada.

REQUERIMENTO N° 1.661

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

Curitiba, terça, em 19.06.90

REQUER para que seja encaminhado expediente oficial deste Poder, à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando estudos acerca da viabilidade do asfaltamento do trecho compreendido entre os Distritos de BOURBÔNIA e PARAÍSO DO SUL, pertencentes ao município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

São incontestes os benefícios que o asfaltamento proporciona às localidades por ele servidas. O trecho em questão, principalmente por se tratar de uma região agrícola, obterá os diversos benefícios caso seja concretizado o pedido acima exposto, quer no encurtamento de distâncias, no conforto aos transeuntes ou no progresso natural, consideramo-os prioritário.

Face ao solicitado, ficamos no aguardo de um posicionamento, dentro da brevidade que a própria questão requer, certo de poder contar com a costumeira atenção por parte da Secretaria acionada.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 74/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - O artigo 1°, da Resolução n° 40, de 15 de agosto de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica fixado em 1/3 do subsídio fixo do Deputado Estadual a pensão paga às viúvas de ex-Deputados Estaduais."

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

A Comissão Executiva propõe o presente projeto de resolução analisando as variações a que se encontram as viúvas de ex-Deputados Estaduais, dada a inexistência de uma política salarial justa.

Esse projeto vem representar o que já era consubstanciado em leis, resoluções e decretos anteriores, quando se verificava o mesmo mecanismo de pagamento.

Nesse sentido, o projeto de resolução ora apresentado, vem redimir a situação das viúvas de ex-Deputados Estaduais que ficavam submetidas a legislação do salário-mínimo e que agora, ficam fixadas as suas pensões mensais em 1/3 do subsídio de Deputado Estadual.

Assim, pelas razões acima expostas, solicitamos a aprovação do referido proje-

to de resolução pelos nobres Pares desta Casa.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N° 354/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao patrimônio do município de Xambrê as datas n.ºs 18 e 19, da Quadra 24, daquele Município e Comarca, cujo terreno está lavrado às fls. 30, do Livro 73P, do 7° Tabelionato de Notas da Capital do Estado do Paraná e Escritura Pública de Doação lavrada no Tabelionato de Xambrê, no livro e/8, às fls. 107v/109, em data de 03 de julho de 1970.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) NILTON BARBOSA

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente pretensão, tendo em vista que, conforme consta dos documentos acostados, o município de Xambrê, procedeu à doação do referido terreno ao Estado do Paraná, para que, incorporando-o ao seu patrimônio, pudesse nele construir edifício para abrigar a Delegacia local.

Tendo transcorrido, desde a data da efetivação do ato, mais de 19 anos, sem que o Estado executasse a obra objeto da doação, o mesmo perdeu sua finalidade.

Por outro lado, o Município necessita dispor da área para abrigar unidades administrativas, de forma a viabilizar a execução de projetos administrativos da administração atual.

Assim, torna-se imprescindível a reversão da doação ao Município, de molde a que as diretrizes administrativas daquele Executivo não venham a sofrer prejuízos irreversíveis.

##### PROJETO DE LEI N° 355/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao patrimônio do município de Xambrê as datas n.ºs 13, 14, 15, 16 e 17 da Quadra 24, daquele Município e Comarca, cujo terreno está lavrado às fls. 30, do Livro 73-P, do 7° Tabelião de Curitiba e Escritura Pública de Doação lavrada no Tabelionato de Xambrê, no livro

E/13, fls. 24a 25, em data de 11 de junho de 1971.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) NILTON BARBOSA

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente pretensão, tendo em vista que, conforme consta dos documentos acostados, o município de Xambrê, procedeu à doação do referido terreno ao Estado do Paraná, para que, incorporando-o ao seu patrimônio, pudesse nele construir edifício para abrigar a Delegacia local.

Tendo transcorrido, desde a data da efetivação do ato, mais de 19 anos, sem que o Estado executasse a obra objeto da doação, o mesmo perdeu sua finalidade.

Por outro lado, o Município necessita dispor da área para abrigar unidades administrativas, de forma a viabilizar a execução de projetos administrativos da administração atual.

Assim, torna-se imprescindível a reversão da doação ao Município, de molde a que as diretrizes administrativas daquele Executivo não venham a sofrer prejuízos irreversíveis.

##### PROJETO DE LEI N° 356/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao patrimônio do município de Xambrê a data n.º 12, da Quadra 24, daquele Município e Comarca, cujo terreno está lavrado às fls. 102v°/103v° do Livro E-8, do Cartório de Notas do Tabelião Aristóteles Coelho Rosa, de Xambrê em 27 de abril de 1970.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) NILTON BARBOSA

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente pretensão, tendo em vista que, conforme consta dos documentos acostados, o município de Xambrê, procedeu à doação do referido terreno ao Estado do Paraná, para que, incorporando-o ao seu patrimônio, pudesse nele construir edifício para abrigar a Agência de Rendas local.

Tendo transcorrido, desde a data da efetivação do ato, mais de 19 anos, sem

que o Estado executasse a obra objeto da doação, o mesmo perdeu sua finalidade.

Por outro lado, o Município necessita dispor da área para abrigar unidades administrativas, de forma a viabilizar a execução de projetos administrativos da administração atual.

Assim, torna-se imprescindível a reversão da doação ao Município, de molde a que as diretrizes administrativas daquele Executivo não venham a sofrer prejuízos irrecuperáveis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PDC, se fará uso de seu horário.

(Declina).

Consulta à Liderança do PDS.

(Declina).

Consulta à Liderança do PDT.

(Declina).

Consulta à Liderança do PFL.

(Declina).

Consulta à Liderança do PTB.

(Declina).

Consulta à Liderança do PRN.

(Declina).

Consulta à Liderança do PMDB.

(Declina).

Consulta à Liderança do PSDB.

(Declina).

Consulta à Liderança do PL.

(Declina).

Consulta à Liderança do PT.

(Declina).

Consulta à Liderança do PTN.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 3 (três), de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação do Projeto de Lei nº 352/90. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria do Se-

nhor Deputado Rubens Bueno, acima aprovado:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO (Ofício nº 166/90) que altera a Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e dá outras providências. Aprovado. (Publ. no D. A. nº 71 de 13.06.90)

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 329/90, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que autoriza o Poder Executivo a contrair operações de crédito junto ao Banco do Brasil S/A, destinados a atender ao refinanciamento e às operações de crédito internas, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL de Plenário. Aprovado o Substitutivo Geral. O Projeto irá à Redação Final.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/90, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que institui a "SEMANA DO VESTUÁRIO DO PARANÁ" a ser comemorada na cidade de Cianorte. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 32/90, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de São Jorge D'Oeste para que a população decida sobre a criação do município de DOUTOR ANTÔNIO PARANHOS, desmembrado de São Jorge D'Oeste e divisas do atual Distrito Administrativo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 52/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza a realização do plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de IMBAÚ, desmembrado dos municípios de Telêmaco Borba e Reserva. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/89, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que faculta a matrícula escolar antecipada em classe de 1.<sup>a</sup> série de 1º grau e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C. C. J., por unanimidade.



Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 214/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o município de TAMARANA, com território desmembrado do município de Londrina, com sede na localidade do mesmo nome e limites e confrontações do Distrito Administrativo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 214/90

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem a finalidade de criar o município de TAMARANA, desmembrado do município de Londrina.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela aprovação do referido projeto de lei. É o parecer.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ORLANDO PESSUTI

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 305/90, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que dispõe sobre o registro obrigatório, o licenciamento e a fiscalização dos estabelecimentos de hospedagem no Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 328/90, de autoria da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA, que reajusta em 3,29% a partir de 1° de maio de 1990, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores do Quadro de Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 331/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que cria o município de GUAMIRIM, "ad referendum" do resultado do plebiscito, desmembrado do município de Irati, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 332/90, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que cria, "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de PRADO FERREIRA, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do município de Mirassol, e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 334/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO AN-NIBELLI, que inclui no anexo II da Lei n° 9279 de 29 de maio de 1990, o trecho da BR-476 - SÃO CRISTÓVÃO. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 60/90, de autoria do Deputado NAMIR PIA-CENTINI, que autoriza a realização de plebiscito no município de RANCHO ALEGRE D'OESTE, com território desmembrado do município de Goioerê, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 65/90, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Mirassol, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de PRADO FERREIRA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 365/89, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 111 de 04.12.89.)

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 202/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO AN-NIBELLI, que autoriza a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial dos municípios da Lapa e Araucária para o município de Contenda. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 33 de 03.04.90).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 1647, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 1644, 1645, 1646, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 1651, 1652, de

autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 1660, 1658, 1659, de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 1661, 1662, 1663, 1664, 1665, 1666, 1667, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 1657, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 1649, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 1650, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 1668, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de solicitar à Vossa Excelência que fizesse incluir na Ata da sessão de hoje, a comitiva de Terra Boa que está presente a esta sessão em virtude da votação em 1.ª discussão da matéria que trata da organização e divisão do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a qual está inclusa a criação da Comarca de Terra Boa, a presença do Senhor Antônio Carlos Rampazzo, Prefeito Municipal; do ex-Prefeito Elso Garcia Segura; do Doutor Eudes Negri da Rocha, Presidente da Câmara Municipal; Kensuke Uratani, Secretário da Câmara Municipal; Manoel Marques Rosa, Vereador da Câmara Municipal de Terra Boa; Paulo César Braga Fernandes, advogado representando a OAB de Terra Boa e Irineu Toninello, também representando a OAB de Terra Boa.

É importante destacar a presença destas lideranças, em virtude de já estarmos no sétimo ano consecutivo na luta pela criação da Comarca de Terra Boa, por isso o nosso registro nesta tarde da sessão plenária, quando está sendo votado em 1.ª discussão este projeto de suma importância.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós tivemos ontem o resultado de mais uma assembléia dos professores que decidiram em manter a greve e isto tem nos preocupado bastante, em função de que cria-se um clima bastante pesado entre pais de alunos, entre professores, e deixa

mais acirrada ainda essa briga entre a APP e o Governo do Estado do Paraná. E nós temos sido muito cobrados nas ruas pelos pais que nos perguntam o que é que a classe política, o que é que nós, Deputados, poderíamos fazer, interceder junto ao Governo do Estado, no sentido de que se colocasse um fim a essa greve que já atinge hoje 89 dias.

Então, Senhor Presidente, gostaria de fazer um comunicado à Mesa, até uma proposta à Mesa, amanhã eu farei por escrito, hoje não houve tempo, de nós formarmos uma Comissão de Parlamentares de vários partidos, com, evidentemente, o aval, o apoio do líder do PMDB na Casa, Deputado Caíto Quintana, de nós irmos até o Palácio do Governo conversar com o Governador, na tentativa desta Casa Política também de acharmos uma solução, porque nós não podemos ficar apenas aguardando e vendo o tempo passar. Os dias passam, nós já estamos com 89 dias de greve, as crianças sem aula, muitos professores querendo voltar, mas preocupados com a situação e consequentemente a educação no Paraná está parada.

Por esta razão eu gostaria então, Senhor Presidente, de ver da possibilidade de nós, classe política, com o apoio da bancada do PMDB, tentarmos um contato com o Governador do Estado, sem o problema da paixão política, sem essa rivalidade política, mas pensando única e exclusivamente no problema da educação.

Eu faço esse apelo, Senhor Presidente, a Casa, no sentido de que nós possamos formar uma Comissão, nós temos aqui na Casa a Comissão de Educação que há muito tempo não se reúne e acho que está na hora de tomarmos uma posição, deixarmos de lado a paixão política e pensarmos na situação da criança do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita aos Senhores Deputados, lideranças, principalmente da Comissão de Educação, tendo em vista o requerimento aprovado, do Deputado Pedro Tonelli, convocando a Secretaria da Educação para prestar esclarecimentos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs  
269/85,  
335/89 e  
329/90.

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs  
302/89,

214/90,  
305/90,  
328/90,  
331/90,  
332/90 e  
334/90;

365/89,  
30/90,  
202/90 e  
352/90.

e dos Projetos de Resolução n.<sup>os</sup>  
60/90 e  
65/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.<sup>o</sup>  
47/86;

e do Projeto de Resolução n.<sup>o</sup> 74/90.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup>

Levanta-se a sessão.